

Brasil em tempo de eleições

Benedicto Ismael Camargo Dutra (*)

No século XX, o Brasil permaneceu estagnado até a tomada do poder por Getúlio Vargas. Açodado por movimentos socialistas, o poder foi absorvido pelos militares

Tendo caído no endividamento externo, entrou na espiral inflacionária, debelada com facilitação dos importados, sem que seus líderes, em disputa pelo poder, percebessem que o país estava perdendo as bases na indústria e na educação. Os demagogos no poder relaxaram as contas para fins eleitorais, e estamos de volta ao estágio de fornecedor de produtos primários para o mundo.

Para alcançar feitos duradouros, a governança não pode permanecer no imediatismo, desprezando a espiritualidade, pois sem ela todas as realizações são efêmeras. A humanidade ganhou tudo que a Internet oferece, mas perdeu a ancestralidade ao se tornar alienada sobre o significado da vida como se fosse composta por robôs. O desenvolvimento humano tem de ser contínuo; é a lei natural do movimento.

A casta dirigente tem sido mesmo uma lástima, pois só pensa nos interesses próprios. Não examina o significado da vida; não se comove com o sofrimento da população; não busca soluções que promovam a melhora da qualidade humana e de vida. Em meio às más notícias, vão criando desesperança em relação ao futuro.

Há duzentos anos, as elites ocidentais vêm se impondo ao mundo, após duas trágicas guerras mundiais. Com o fim da guerra fria, com sua grande participação no PIB mundial e o triunfalismo financeiro em um mundo endividado, essas elites se julgaram donas da situação e acabaram perdendo a visão das tendências. A Ásia passou a modificar o estilo despótico de governança introduzindo, como alvo, a busca por resultado econômico e, dessa forma, sua população se agarrou à possibilidade de sair da secular situação de miséria.

Em 2001, o mundo compartilhou a dor americana na tragédia do WTC; nesse mesmo ano, a China passou a integrar oficialmente a Organização Internacional do Comércio, a OMC. Em seu livro 'A queda do Ocidente? Uma provocação', o professor Kishore Mahbubani, da Universidade de Singapura, diz que isso representou a entrada de quase um milhão de trabalhadores no siste-

ma comercial global, o que resultaria numa destruição criativa maciça e na perda de muitos postos de trabalho no Ocidente, o que acarretaria declínio de salários reais, redução na participação no PIB e aumento da desigualdade.

As elites não se deram conta desse processo transformador da Ásia. No Brasil, enfrentamos algumas questões dramáticas: na educação das novas gerações, nas deficitárias contas internas e externas, na desindustrialização e desemprego em nível elevado.

Agora vem a nova guerra econômica desencadeada pela política do presidente Trump e a complexa situação econômica de um país que em 2017 teve déficit comercial de 566 bilhões de dólares e que deve 21 trilhões, algo que deve estar pesando nas decisões, mesmo de um país emissor da moeda global. Todavia, esse é um problema que se vem arrastando há décadas e que afetava países dependentes como o Brasil, sempre de pires mão e joelhos vergados na procura de dólares no mercado financeiro.

Escondido até o ano de 1500, o Brasil permaneceu 500 anos como tributário aos poderosos interesses externos. É preciso pôr um fim na corrupção dos vendilhões da pátria. Chega de lixo e muros pichados. Precisamos de ação integrada para o bem do Brasil. Falta o desenvolvimento dos atributos humanos: generosidade, lealdade, consideração, seriedade, bom senso, clareza no pensar. Falta acabar com o despotismo da casta governante.

O século 21 requer o empenho no preparo da população para levar a vida com toda a seriedade. Os países da América do Sul precisam ser governados com foco na melhora geral, como vem fazendo China, Índia e Filipinas. Enfrentamos problemas no preparo das novas gerações; no displicente controle das contas internas e externas; na estagnação na indústria e no nível de empregos que reduz consumo até de essenciais.

O poder governamental deve ser entregue em mãos competentes que visem o bem, caso contrário o futuro será caótico para o Brasil que tinha tudo para viver evoluindo em paz sob a Luz da Verdade. É sobre essas questões vitais que gostaríamos de saber o que os candidatos têm a dizer.

(*) - Graduado pela FEA/USP, faz parte do Conselho de Administração do Prodigy Berrini Grand Hotel, é articulista colaborador de jornais e realiza palestras sobre temas ligados à qualidade de vida. Coordena os sites (www.vidaaprendizado.com.br) e (www.library.com.br). E-mail: (bicdutra@library.com.br); Twitter: @bidutra7.

Proposta institui política nacional de transporte de combustíveis

Tramita na Câmara o projeto do deputado Francisco Floriano (DEM-RJ), que institui a Política Nacional de Transporte Rodoviário de Combustíveis.

O objetivo é contribuir para eficiência da distribuição de combustíveis e gerar mais produtividade da atividade. A política tem princípios como abrangência nacional da distribuição rodoviária de combustíveis e o desenvolvimento sustentável da atividade. O texto define a exigência de uma política tarifária para transporte de combustíveis com diretrizes como tarifa básica mínima, incluído o percurso de ida e volta, e valor mínimo do frete.

A carga tributária, pela política, deve ser reduzida o quanto possível e os tributos não podem inviabilizar a atividade. Segundo Floriano, o transporte de combustíveis tem problemas como exigências legais "perni-

ciosas", muitas restrições de trânsito e ambientais, alta carga tributária e um valor defasado do frete. "Para reverter essa conjuntura negativa pela qual passa o transporte rodoviário de combustíveis no Brasil e para manter essa atividade, propomos a política", disse.

A proposta limita em duas o máximo de licenças ambientais exigidas para o transporte de combustíveis, uma do estado da matriz da transportadora e outra com validade nacional. Entre outros pontos, o texto também determina a existência de áreas para estacionamento e parada de veículos de transporte de combustíveis e política salarial e benefícios para trabalhadores do setor. A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Minas e Energia; de Viação e Transportes; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Parlamentares aguardam fim da intervenção no Rio para retomar análise de PECs

Apesar de suspensas a discussão e a votação de todas as Propostas de Emenda à Constituição (PEC) enquanto durar a intervenção federal no Rio de Janeiro, os senadores continuaram apresentando essas proposições

Uma delas legitima no texto constitucional a prisão em segunda instância, acaba com a competência da Câmara e do Senado de deliberar sobre a manutenção da prisão em flagrante de parlamentar e de sustar o andamento de processos contra parlamentares por crimes ocorridos após a diplomacia.

Outras PECs tratam de assuntos como a atribuição da Mesa para manter a ordem e a disciplina nas dependências da Câmara e do Senado; mudanças nas regras de perda da nacionalidade brasileira; inclusão dos servidores dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia na folha de pagamento federal; e competência para legislar sobre matéria financeira, cambial e monetária.

Também foram recebidas propostas proibindo partidos vitoriosos em duas eleições consecutivas para cargo executivo de registrarem candidatos na terceira eleição para o mesmo



Contingenciamento de recursos para o Fundo Nacional de Segurança Pública é uma das propostas que aguardam deliberação do Plenário.

cargo; fixando percentual da receita corrente líquida destinado ao esporte; elevando para 70 anos a idade máxima para nomeação de ministros do Judiciário; e garantindo aos órgãos da administração pública a utilização dos recursos provenientes de captação própria. A intervenção no Rio suspendeu a tramitação de 536 PECs

no Senado. Dessas propostas, 82 estavam prontas para deliberação do Plenário, como a de autoria do então senador Pedro Taques, que proíbe o contingenciamento de recursos destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública. Também está suspensa a PEC de reforma política que dá fim à reeleição e permite a volta das doações

empresariais a campanhas eleitorais, entre outras medidas.

Decretada em 16 de fevereiro, a intervenção federal na segurança pública no estado do Rio de Janeiro é o primeiro caso de aplicação do artigo 34 da Constituição. A intervenção poderá se estender até 1º de janeiro de 2019, podendo ser prorrogada (Ag.Senado).

Nova denúncia contra ex-senador Gim Argello

O Ministério Público Federal (MPF) apresentou ontem (25) nova denúncia contra o ex-senador Gim Argello pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro. O documento foi elaborado pela força-tarefa de procuradores que atuam nas investigações da Operação Lava Jato. De acordo com a acusação, Argello recebeu cerca de R\$ 1,6 milhão, por meio de doações oficiais de campanha da empreiteira Galvão Engenharia, para deixar de convocar empreiteiros para depor na antiga CPI da Petrobras, em 2014. Na época, ele era o vice-presidente da comissão.

Pelos mesmos fatos, mas pelo suposto recebimento de outras empreiteiras, o ex-senador foi condenado pelo juiz federal Sérgio Moro, mas teve a pena reduzida no ano passado pelo TRF4, com sede em Porto Alegre, que reduziu a pena de 19 anos para 11 anos e 8 meses de prisão. Gim Argello está preso, desde abril de 2015, no Complexo Médico-Penal de Pinhais, região metropolitana de Curitiba. A defesa do ex-senador afirmou que ainda não teve acesso ao conteúdo da denúncia e não tem como se pronunciar no momento (ABR).

Projeto muda valores para empresa ser de grande porte

A Câmara analisa o projeto do deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), que altera os valores para empresas serem consideradas de grande porte. Pela proposta, será considerada de grande porte a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 440 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 550 milhões. Hoje é considerada de grande porte a empresa com ativo total superior a R\$ 240 milhões ou receita bruta anual superior a R\$ 300 milhões.

Ramalho ressalta as obrigações acessórias impostas às empresas de grande porte, como pagamento de sistemas informatizados para validar o preenchimento de declarações, que, somados aos tributos, afetariam o preço final das mercadorias. "Isso sem falar na obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Co-



Ramalho: "Empresa de grande porte arca com obrigações que afetam o preço final das mercadorias".

missão de Valores Mobiliários, cujos custos altos incrementam novos prejuízos às empresas brasileiras", completou. Ramalho destaca ainda que os valores que definem uma empresa de grande porte não sofreram nenhum reajuste na última década.

"O País tem enfrentado mudanças econômicas que afetam diretamente as indústrias na-

cionais e o valor estabelecido como parâmetro para o enquadramento de grande porte não acompanhou o momento econômico do Brasil; e isso vem colaborando para a perda da competitividade", disse. A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Desenvolvimento Econômico; e de Constituição e Justiça (Ag.Câmara).

Após recesso, desenvolvimento ferroviário será analisado

O Congresso Nacional começa a analisar, após o recesso, a MP que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Ferroviário (FNDF), que funcionará por cinco anos, e terá como objetivo ampliar a capacidade logística do Sistema Ferroviário Nacional. O Fundo será composto por recursos do Orçamento da União, por doações e por outras fontes, tais como o montante arrecadado com a outorga da subconcessão da Estrada de Ferro 151 – conhecida como Ferrovia Norte-Sul –, no trecho entre Porto Nacional, em Tocantins, e Estrela D'Oeste, em São Paulo, e o respectivo ágio.

O edital da subconcessão está previsto para o final agosto. A ideia é direcionar os recursos arrecadados com a concessão do trecho para investimentos que retroalimentem o setor, evitando que os recursos advindos da licitação se destinem ao Tesouro Nacional e sejam usados em outros setores. De acordo com a MP, o fundo deverá ser utilizado prioritariamente na ligação do Complexo Portuário de Vila



Os recursos arrecadados com a concessão do trecho da Ferrovia Norte-Sul serão investidos no setor.

do Conde, no Pará, à Ferrovia Norte-Sul – a espinha dorsal do transporte ferroviário brasileiro. Os investimentos terão início no município de Barbacena, no Pará.

Na justificativa, o Palácio do Planalto argumenta que o fundo viabilizará novas alternativas para o escoamento da safra agrícola brasileira, por meio de portos de grande capacidade localizados no Norte do País. Além disso, os recursos serão

usados para aumentar a participação do modal ferroviário na matriz de transportes nacional, contribuindo para custos mais baixos, menor emissão de poluentes e menos acidentes nas rodovias brasileiras. A MP será analisada por uma comissão mista de deputados e senadores. Em seguida, o texto aprovado será discutido e votado nos plenários da Câmara e do Senado (Ag.Câmara).

Delator de Cunha pede perdão judicial ao STF

A defesa do ex-vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa, Fábio Cleto, pediu perdão judicial ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em petição encaminhada à Corte, os advogados afirmam que Cleto delatou o esquema de corrupção em uma diretoria do banco e merece o benefício.

Em um dos depoimentos de delação premiada, Fábio Cleto disse que o ex-presidente afastado da Câmara dos Deputados e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB) recebia 80% da propina arrecadada entre empresas interessadas na liberação de verbas do FI-FGTS. Ao STF, a defesa afirmou que a colaboração foi efetiva e ajudou a identificar as pessoas que participaram da organização criminosa e vai permitir a recuperação de parte dos recursos públicos desviados.

"Nesse cenário, em razão de efetividade do acordo de colaboração do requerente que desmantelou organização criminosa voltada à prática de crimes contra a administração pública e acarretou na condenação de membros que pertenceram ao alto escalão do governo, de rigor que seja aplicado o perdão judicial", argumentou a defesa. Com base nas informações prestadas por Cleto, Eduardo Cunha foi condenado a 24 anos e dez meses de prisão, em regime fechado (ABR).

Empresas & Negócios
www.netjen.com.br

Para veiculação de seus Balanços, Atas, Editais e Leilões neste jornal, consulte sua agência de confiança, ou ligue para

TEL: 3043-4171 / 3106-4171

www.netjen.com.br